

DEFICIÊNCIA E ENSINO SUPERIOR: integração e inclusão na FECLESC

DISABILITY AND HIGHER EDUCATION: integration and inclusion at FECLESC

Elton Rodrigues Vieira¹ - FECLESC/UECE

Maria Rosivânia de Oliveira Gomes² - FECLESC/UECE

Keila Andrade Haiashida³ - FECLESC/UECE

RESUMO

Esta pesquisa teve como objetivo central investigar se há um movimento de inclusão, que supere a integração, dos alunos com deficiência matriculados na Faculdade de Educação, Ciências e Letras do Sertão Central. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, do tipo bibliográfica, documental, com uma etapa exploratória. Tivemos como participantes do estudo, os gestores da instituição. Como instrumento de coleta de dados, utilizamos o questionário. Os autores que nos subsidiaram foram: Mantoan (2015), Barreto e Almeida (2014), Mazzotta (2001) e outros. Concluímos, destacando a necessidade de debatermos sobre a inclusão na academia, pois os respondentes demonstram dificuldade de compreensão dos conceitos referentes à integração e à inclusão e suas especificidades. Na instituição, existe o Núcleo de Apoio à Acessibilidade e Inclusão que promove ações para assegurar essa política inclusiva, no entanto, poucos sabem de sua existência.

PALAVRAS-CHAVE: Integração; Inclusão; Ensino Superior; Deficiência.

ABSTRACT

This research aimed to investigate whether there is a movement towards inclusion, that surpasses integration, of disabled students enrolled in the College of Education, Science and Letters of Central Countryside. This is qualitative research, of the bibliographic and documental type, with an exploratory stage. We had as participants of the study the managers of the institution. As an instrument of data collection, we used the questionnaire. The authors who supported us were: Mantoan (2015), Barreto and Almeida (2014), Mazzotta (2001), and others. We conclude by highlighting the need to debate about inclusion in the academy, since the respondents demonstrate difficulty in understanding the concepts regarding integration and inclusion. In the institution there is the Center for Accessibility and Inclusion Support that is used by actions to ensure this inclusive policy; however, few know of its existence.

KEYWORDS: Integration. Inclusion. Higher education. Disability.

DOI: 10.21920/recei72022828893906
<http://dx.doi.org/10.21920/recei72022828893906>

¹Graduando em Pedagogia na Faculdade de Educação, Ciências e Letras do Sertão Central (FECLESC). E-mail: elton.vieira@aluno.uece.br / ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7074-8493>

²Graduanda em Pedagogia na Faculdade de Educação, Ciências e Letras do Sertão Central (FECLESC). E-mail: maria.rosivania@aluno.uece.br / ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5733-738X>

³Pós Doutora em Educação pela UFPB. Doutora em Geografia pela UECE. Mestre em Educação pela UFC. Professora Adjunta da FECLESC/UECE e Professora Permanente do Mestrado Interdisciplinar em História e Letras. E-mail: keila.haiashida@uece.br / ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3700-9589>

INTRODUÇÃO

Não há como negar que todos têm o direito inalienável à educação em todos os níveis de ensino, como prescreve o Artigo 205 da Constituição Federal de 1988: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988). Contudo, apesar dos avanços e conquistas, em relação às pessoas com deficiência no ensino superior, o desafio de além de integrar, incluir, persiste.

Historicamente, as pessoas com deficiência tiveram seus direitos negados, principalmente no tocante à educação. No Brasil, a educação superior passou a ser ofertada por lei para esse público não faz muito tempo, e somente no século XXI é que políticas inclusivas vêm sendo incluídas nas pautas das Instituições de Ensino Superior (IES). Esse incremento da matrícula no ensino superior é um reflexo do aumento de matrículas dos últimos anos e, também, um acesso maior à educação básica por essas pessoas.

Ainda que a presença de pessoas com deficiência nas instituições de ensino superior tenha aumentado consideravelmente, autores como: Rocha e Miranda (2009), Reis (2010), Anacho, Roberto e Oliveira (2014), Castro e Almeida (2014) e Mendes e Bastos (2006) evidenciam que os processos de seleções, que garantem o acesso, não são suficientes e eficazes para garantir a permanência dos alunos com deficiência nesse nível de ensino, e assim sua participação não é firmada, o que compromete a efetividade da inclusão.

A pesquisa surgiu de uma inquietação acerca do silêncio em relação a essas pessoas. Existem? Quem são? Quantos são? Quais as suas deficiências? Estão matriculados em quais cursos? Ademais, veio-nos o questionamento se essas pessoas além de integradas, estariam incluídas. Solicitamos junto ao Núcleo de Apoio à Acessibilidade e Inclusão das Pessoas com deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento, Altas Habilidades/Superlotação e Mobilidade Reduzida (NAAI), da Universidade Estadual do Ceará (UECE) a relação desses alunos e seus respectivos cursos. Obtivemos a lista com os nomes, as deficiências, as condições relatadas por cada aluno, como também as disciplinas que estavam cursando no semestre 2022.1. A intenção era que, a partir dos gestores, conseguíssemos informações sobre esse tema tão relevante, mas pouco pesquisado até então.

Tivemos como objetivo central, investigar se há, de fato, uma inclusão, além de uma integração dos alunos com deficiência matriculados na Faculdade de Educação, Ciências e Letras do Sertão Central (FECLESC), unidade acadêmica da UECE, localizada no município de Quixadá-Ceará. Tivemos como participantes do estudo, os gestores da FECLESC cujos cursos há alunos com deficiência e foram nomeados da seguinte forma: R1, R2, R3, R4 e R5, em que R refere-se a “respondente” e os números, a cada um deles.

Nossa pesquisa está dividida em algumas seções. A primeira é essa introdutória, na sequência, apresentamos nosso percurso metodológico, seguido dos resultados e discussão, onde apresentamos um diálogo com a lei e fizemos a análise dos resultados. Por fim, apresentamos as nossas considerações finais.

METODOLOGIA

Para a realização desta pesquisa, optamos pela abordagem qualitativa, já que de acordo com os postulados de Gil (2010), esse tipo de pesquisa responde a questões muito particulares, preocupa-se nas ciências sociais com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Nossa pesquisa é do tipo documental, bibliográfica com uma etapa exploratória. De acordo com Marconi e Lakatos (2011, p. 48) “a característica da pesquisa documental é que a fonte de coleta de dados está restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias”. A pesquisa bibliográfica, segundo Toledo e Gonzaga (2011), “é aquela que se vale de materiais como livros, vídeos, artigos científicos, dissertações ou teses” (p. 37), produções das quais fizemos uso.

Optamos pela etapa exploratória pois segundo Gil (2010), esse tipo de pesquisa tem como principal objetivo desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, além de formular problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores. Para a coleta de dados, optamos pelo uso do questionário, que foi respondido pelos gestores da FECLESC através de formulário do *Google Forms*, enviado para o *WhatsApp* dos respondentes.

ANÁLISE DOS RESULTADOS DA PESQUISA

O direito à educação, como vimos, é assegurado pela Constituição Federal de 1988, no artigo 205, referente ao direito da pessoa com deficiência à educação, a Lei Brasileira da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) no artigo 27 declara que

A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurado no sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem [...] (BRASIL, 2019, p. 19).

Em relação ao ensino superior, a mesma lei, no artigo 28, § XIII, garante à pessoa com deficiência “acesso à educação superior e à educação profissional e tecnológica em igualdade de oportunidades e condições com as demais pessoas” (BRASIL, 2019, p. 21).

Para que tais direitos concretizem-se, faz-se necessário ir além do texto da lei. Entendermos que integrar não é o suficiente. A inserção de pessoas com deficiência dá-se quando é oferecido oportunidade de acesso, porém a inserção, ou seja, a integração é parcial e segregadora.

De acordo com Nuernberg (2022, p. 56) “a educação é o contexto mais importante para a mudança social pretendida nas diversas convenções, leis, declarações e decretos que visam promover a inclusão social da pessoa com deficiência”.

Levando em consideração o artigo 24 da Organização das Nações Unidas (ONU), referente à pessoa com deficiência e seu direito à educação, reforçamos a ideia de que “[...] para efetivar esse direito sem discriminação e com base na igualdade de oportunidades, os Estados Partes assegurarão sistema educacional inclusivo em todos os níveis, bem como o aprendizado ao longo de toda a vida” (BRASIL, 2006).

Seguiremos para a análise do questionário no qual, conforme mencionamos, tivemos como respondentes os gestores⁴ da FECLESC. Chamaremos os respondentes da seguinte forma: R1, R2, R3, R4 e R5. Para melhor visualização, organizamos as respostas em quadros.

⁴ Não explicitamos a atuação do gestor para não torná-lo identificável e comprometer os aspectos éticos da pesquisa.

Quadro 1 - Conceito de deficiência

Muitos de nós temos como pessoa com deficiência apenas aquelas cuja deficiência é visível. Na sua visão, o que seria uma pessoa com deficiência?	
Respondentes	Respostas
01	<i>Seria alguém que possui limitações na sua percepção da realidade e/ou em lidar com ela.</i>
02	<i>Qualquer pessoa com limitações físicas/psicológicas para realizar determinadas ações.</i>
03	<i>Pessoas com alguma limitação sensorial, física, intelectual e/ou cognitiva</i>
04	<i>É uma pessoa que tem limitações ou deficiências motoras, sensoriais, mentais ou intelectuais.</i>
05	<i>Uma pessoa com necessidades básicas diferenciadas.</i>

Fonte: Elaborado pelos autores (2022).

Na pergunta 1, todos os respondentes foram uníssonos ao relatarem que uma pessoa com deficiência é aquela que possui limitações em todos os aspectos, afetando sua atuação na sociedade. Dessa forma, as pessoas com deficiência “são identificadas como indivíduos que apresentam limitações na execução de algumas atividades e devem ser chamadas pessoas com deficiência, e não portadores de deficiência, pois a deficiência não é algo que pode ser portado às vezes e outras não” (SASSAKI, 2005, apud BARRETO et al., 2014, p. 50).

Segundo Nuernberg (2020), mesmo com inúmeros avanços a respeito dos conceitos sobre deficiência reconhecidos hoje com reforço de documentos internacionais e nacionais que recomendam uma definição mais ousada e que dialogue com o direito que implica desestabilizar as barreiras existentes na sociedade, ainda não avançamos tanto quanto poderíamos. Contudo, a percepção que se tem de uma pessoa/aluno inerte é marcada por suas insuficiências de natureza físicas, sensoriais e mentais, continuam a ser dominantes no cenário da educação brasileira, ou seja, muitas vezes, a deficiência é só o que as pessoas conseguem perceber.

Quadro 2 - Definição de integração e inclusão

Defina integração e inclusão	
Respondentes	Respostas
01	<i>A integração consiste em inserir a pessoa com necessidades especiais dentro da normalidade do cotidiano social. A inclusão é o reconhecimento de que as diferenças individuais devem ser respeitadas, além da necessária adaptação da realidade a elas, garantindo que essas pessoas conseguem realizar as suas atividades em sua plenitude.</i>
02	<i>Integração seria a participação efetiva numa ação e a inclusão o reconhecimento de que embora existam limitações, elas não o(a) pq impedem de se integrar.</i>
03	<i>Ações e medidas para promoção do acesso</i>
04	<i>Integração e inclusão pressupõem a entrada de um sujeito a um grupo ou situação coletiva.</i>
05	<i>Inclusão - Integrar significa atender as necessidades de todas as pessoas pertencentes de um grupo, possibilitar a desenvolvimento destas dentro do objetivo do grupo. Integração - Possibilitar o convívio de pessoas com necessidades diferenciadas em um determinado grupo.</i>

Fonte: Elaborado pelos autores (2022).

Na pergunta 2, os respondentes deveriam definir integração e inclusão, no entanto não houve um consenso nas respostas e nota-se uma dificuldade na diferenciação entre os termos integrar e incluir. O R1 foi o que mais se aproximou das definições dos autores e documentos que subsidiam nossa pesquisa, pois, de acordo com Mantoan (2015), a integração tem por objetivo encaixar uma pessoa com deficiência que outrora fora excluída. Contudo, o desígnio da inclusão é não deixar ninguém de fora, alcançar a todos. Incluir provoca uma mudança de perspectiva, seu objetivo é não segregar, mas melhorar a qualidade do ensino ofertado, proporcionando uma verdadeira inclusão. Ainda segundo a mesma autora, a inclusão questiona o próprio conceito de integração, como também é antagonica, pois antevê uma inserção total e radical.

De acordo com Nuernberg (2020), a inclusão tem a intenção de fortalecer essa extensão coletiva da educação confirmando a todos o direito natural de coexistir com seus iguais de sua época, obter e apossar-se do saber.

Quadro 3 – Estratégias para inclusão

Como a diretoria/coordenação de cursos tem lidado ou pode lidar para que haja além de uma integração uma real inclusão dos alunos com deficiência?	
Respondentes	Respostas
01	<i>Garantindo o maior espaço de diálogo entre os alunos e a coordenação além de melhores condições físicas da faculdade.</i>
02	<i>Pode lidar com isso através da proposta de projetos que promovam a integração e eles terem uma estrutura de efetivação ou de realização de tarefas que permita a inclusão.</i>
03	<i>Acompanhamento processual das demandas de cada aluno com deficiência e suporte para a permanência desse aluno na instituição e no curso.</i>
04	<i>Bem, o curso de História tem alguns alunos com deficiência motoras e sensoriais. Ao menos apenas dessa natureza nos foram oficialmente informadas até hoje. Sabendo da deficiência do aluno, informamos a sua condição aos professores do curso e encaminhamos algum material informativo sobre como melhor se apresentar e conduzir situações de aprendizagem para a esta pessoa. Costumamos também procurar o aluno para escutar suas necessidades e como ele sugere que poderia ser mais bem atendido. Além disso, já solicitamos esclarecimento de pessoas especializadas no trato com deficientes, cursos de formação para esse trabalho, equipamentos e materiais adequados, mudanças estruturais e bolsas. Algumas solicitações nunca foram atendidas.</i>
05	<i>Na UECE essa integração é quase inexistente. Na FECLESC por exemplo, a sala do NAAI se encontra totalmente desassistida de qualquer possibilidade de receber os alunos. A direção fez a reforma da antiga copa para ser a sala do núcleo, mas a reitoria e o próprio NAAI que tem recursos ainda não chegaram juntos, para colocar a ideia em prática.</i>

Fonte: Elaborado pelos autores (2022).

Em relação à pergunta 3, R1, R2, R3 e E4 responderam de forma similar. Eles mencionam que é importante garantir um espaço de diálogo com os alunos, para ouvir e acompanhar suas demandas, criando meios que possibilite sua permanência. Buscam, na medida do possível, deixar os professores a par da existência de alunos com deficiência e repassam orientações e materiais que lhes ajudem, visando a uma inclusão e buscam solicitar o auxílio de pessoas especializadas na área.

O NAAI deveria auxiliar e orientar para que tais estratégias possibilitassem não somente

o ingresso, mas também a permanência desses alunos, já que o Núcleo existe na instituição, porém como afirma o R5, a ideia não foi ainda colocada em prática e até o espaço destinado ao NAAI não possui condições mínimas de receber os alunos.

Um projeto de inclusão que envolvesse toda a comunidade acadêmica possibilitaria uma inclusão dos alunos com deficiência e teria potencial para orientar e capacitar os envolvidos para lidarem com as dificuldades existentes.

Quadro 4 - Dificuldades do processo de inclusão

Quais as principais dificuldades enfrentadas pela diretoria/coordenação de cursos no processo de inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais?	
Respondentes	Respostas
01	<i>Recursos financeiros e o combate à discriminação.</i>
02	<i>No momento não temos essa realidade.</i>
03	<i>Falta de estrutura física, orçamentária e preparo de pessoal para lidar com as especificidades das deficiências e implementar acessibilidade</i>
04	<i>A falta de formação para tratar a questão e a falta de estrutura e de condições mais favoráveis de trabalho.</i>
05	<i>Várias. A primeira delas é a identificação das necessidades reais de cada aluno(a), segunda é Possibilitar a inclusão, que nesse momento não é feita. A UECE apenas inclui, não integra.</i>

Fonte: Elaborado pelos autores (2022).

Referente à pergunta 4, fica evidente de acordo com as respostas que as dificuldades são inúmeras. É citada, principalmente, a falta de recursos financeiros que reflete na estrutura física da instituição que é precária e não oferece o mínimo de acessibilidade. Consideram que a condição de trabalho é limitada devido a inexistência de uma formação específica. Dessa maneira, todas as dificuldades relatadas são barreiras que impedem uma real inclusão.

Segundo Dechichi et al.:

A chegada de alunos com necessidades educacionais especiais aos cursos de graduação das universidades públicas tem revelado a necessidade emergencial que os aspectos educacionais relacionados ao processo de atendimento acadêmico deste grupo sejam trazidos ao debate, buscando oferecer condições mínimas de acesso e permanência dessa população no meio universitário" (2008, p. 338).

As dificuldades solidificam-se devido vivermos um presente em que há resquícios de um passado em que o desprezo, a indiferença, a rejeição, o abandono, o preconceito e a segregação, ao longo da história da humanidade, prejudicou a muitos. Inconscientemente, ou não, é raiz das dificuldades de toda ordem inserida na sociedade que se reflete dentro das instituições de ensino.

Para torná-las pessoas acolhidas, é importante que o atendimento e métodos de ensino sejam assuntos a serem discutidos para que as pessoas com necessidades educacionais especiais sintam-se inseridas de forma natural na rotina universitária, para assim garantir um ambiente que proporcione para esses estudantes acesso e permanência e, especialmente, desenvolvimento acadêmico.

Quadro 5 - Políticas de Acesso

Existem políticas de acesso e permanência para os alunos com deficiência na faculdade? Se sim, quais são elas?	
Respondentes	Respostas
01	<i>Existe uma clara política de inclusão na UECE, através da pró-reitora de assuntos estudantis, além do sistema do professor online captar e indicar se na turma há algum aluno com deficiência e qual tipo. Então, o professor quando abre a caderneta já toma conhecimento dessa matéria junto a essa turma.</i>
02	<i>Acho que sim. Mas desconheço.</i>
03	<i>Sim. A FECLESC se ampara na política de inclusão da instituição e se vale das ações do NAAI. Recentemente aceitei assumir a coordenação do NAAI na FECLESC justamente para viabilizar ações de integração e de inclusão.</i>
04	<i>Sim. O vestibular prevê um quantitativo de vagas para deficientes e há um programa de bolsas de assistência estudantil que prioriza essas pessoas.</i>
05	<i>A política está sendo implantada, porém como destaquei acima ainda sem implementação de fato. Apenas no papel, na política de gestão da atual reitoria. Posso enviar o arquivo, pois é longo.</i>

Fonte: Elaborado pelos autores (2022).

Conforme vemos, R1, R3 e R4 afirmam que há sim uma clara política de inclusão, que acontece através da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e que, na instituição, essas políticas são amparadas pelas ações do NAAI (Núcleo de Apoio à Acessibilidade e Inclusão). Mencionaram ainda que o vestibular prevê um quantitativo de vagas para pessoas com deficiência. O R2 diz desconhecer o assunto. O R5, por sua vez, afirma que tais políticas só existem no papel. As iniciativas da instituição para que ocorra o ingresso de pessoas com deficiência está dentro da lei e são importantes, contudo, para uma permanência e a qualidade desses alunos espera-se uma efetivação dessas políticas.

As políticas públicas têm um papel relevante na garantia dos direitos dos alunos com deficiência no que diz respeito ao ingresso no ensino superior. Todavia, não é o suficiente, pois o acesso e a permanência precisam estar articulados. O Estatuto da Pessoa com Deficiência em seu artigo 28 "incumbe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar: I sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades [...]" (BRASIL, 2018).

Inúmeras são as leis, os decretos e resoluções existentes que asseguram e cobram uma inclusão, no entanto, junto a esse leque estão as políticas de inclusão, que precisam ser desenvolvidas e colocadas em prática, oportunizando, a partir dessas ações, uma conscientização.

Quadro 6 - Contato com alunos com deficiência

Durante esse semestre tem acontecido de alguma maneira um contato mais direto com esses alunos com necessidades educativas especiais? Justifique.	
Respondentes	Respostas
01	<i>No curso de Pedagogia, só tenho conhecimento de 1 aluno com deficiência. A coordenação já manteve contato com ele no semestre atual.</i>
02	<i>No nosso curso não. Não temos registro dessa demanda.</i>
03	<i>Com as temáticas, sim. Com alunos, não.</i>
04	<i>Particularmente, esse semestre não. Não chegaram demandas específicas.</i>
05	<i>Não. O contato tem sido esporádico em minha leitura, superficial, por conta da falta das instalações para receber os alunos e alunas.</i>

Fonte: Elaborado pelos autores (2022).

Fica evidente que o contato com os alunos com deficiência é quase inexistente, como afirma o R5 que considera superficial e quando acontece é de maneira esporádica. Dessa maneira, as barreiras persistem e a inclusão torna-se ainda mais difícil. Tais alunos tornam-se invisíveis dentro da faculdade, pois sem um acompanhamento adequado terão prejuízos em relação ao aprendizado. O desconhecimento da realidade e da existência desses indivíduos com necessidades educacionais especiais reforça a discriminação e a segregação, colocando essas pessoas, por serem diferentes, à margem da sociedade (MAZZOTTA, 2001).

Essas afirmações, com destaque para a resposta do R5, indicam que há discrepância em relação ao disposto no regimento do NAAI, descrito no capítulo II da Resolução nº 1710/consu, de 14/10/2021⁵, em que fala que o NAAI por ser

Um espaço institucional de planejamento, proposição, coordenação, articulação e execução de ações que tenham como finalidade a eliminação de barreiras impeditivas de acesso e de permanência das PcD e das pessoas com transtornos globais do desenvolvimento altas habilidades/superdotação e mobilidade reduzida, e promoção de sua inclusão à vida acadêmica e profissional no âmbito da UECE.

Como percebemos, o Núcleo de Acessibilidade não tem sido tão eficaz no tocante à comunicação entre as coordenações de cursos e os alunos, pois sua finalidade é intermediar esse contato, de maneira mais constante, o que possibilitaria diminuir tais barreiras, no caso a barreira da comunicação.

Quadro 7 - Insegurança dos professores em relação à inclusão

Os professores relatam algum tipo de insegurança quando há na sala de aula um aluno com deficiência? Se sim, como lidar com as inseguranças desses profissionais?	
Respondentes	Respostas
01	<i>Não</i>
02	<i>Não existe essa realidade no curso de Química.</i>
03	<i>Ainda não ocorreu. Mas, entendo que o NAAI pode dar suporte a esses profissionais.</i>
04	<i>Sim. Já ouvi relatos. A maioria busca se aproximar do estudante para entender melhor sua condição e atender melhor suas necessidades. De modo geral, todos os colegas se colocam a disposição para aprender com as experiências dos outros, bom trato da questão e fazer o possível para inserir o aluno nas atividades e garantir sua melhor formação.</i>
05	<i>Muito. Penso que implantada a política de assistência, deveríamos ter um curso para atualizarmos os professores com a demanda real dos discentes da UECE.</i>

Fonte: Elaborado pelos autores (2022).

Os respondentes R4 e R5, conforme o exposto, são os únicos a relatar que houve professores mencionando a insegurança de lidar com alunos com deficiência em suas salas e manifestam a preocupação em como poder atender melhor a esses alunos e questionam que deveria haver uma capacitação dos professores.

Peterson (2006, p. 8) afirma que [...] "todos os professores necessitam conhecer pesquisas e práticas eficazes para ensinar a todos os alunos com deficiência". Corroborando a afirmação anterior Pletsch e Braun (2008) dizem que é preciso entender como acontece a aprendizagem

⁵ Disponível em: <http://www.uece.br/wp-content/uploads/2021/10/RES-1710-CONSU.pdf>

do aluno, pois assim o foco não estará na falta, ou seja, na deficiência, mas no favorecimento das capacidades, pois o aluno com deficiência também aprende como qualquer outro, porém de uma maneira distinta.

Faz-se necessário o professor diante desse desafio expor seus medos, limitações e necessidades. E obter da instituição um suporte para que os docentes externem suas carências e por meio disso criem meios para preencher essas lacunas, buscando maneiras para preparar melhor aqueles que estarão em contato frequente com os alunos. A proximidade com os alunos, o convívio em sala, é propício para que aconteça experiências complexas, exigindo do professor uma formação específica. Assim como é desafiador para o aluno com deficiência, também o é para um professor comprometido com a educação, que é consciente do seu papel de mediador.

Quadro 8 – Cuidados do docente para inclusão

Quais os cuidados o professor precisa ter para, ao incluir, não rotular um aluno?	
Respondentes	Respostas
01	<i>Esse aluno tem que ser tratado pelo professor da forma em que ele PRECISA ser tratado.</i>
02	<i>Bem, existe uma rica literatura promovendo isso. Mas no caso do professor, ele deve ter a perspicácia de agir de forma adequada.</i>
03	<i>Usar o bom senso, procurar suporte do NAAI e ter espírito colaborativo.</i>
04	<i>Creio que seja não o julgar incapaz de qualquer atividade ou alcance de aprendizagem.</i>
05	<i>A questão básica - falo aqui como professora - é pensar a turma de forma coesa, ou seja, não minimizar a deficiência, propor questões que desafiem a todos, sob vários aspectos.</i>

Fonte: Elaborado pelos autores (2022).

O bom senso e o conhecimento adequado são as ferramentas necessárias para que os professores não caiam na armadilha do rotular pensando que estão incluindo. É mencionado mais uma vez o NAAI, pois está presente no campus e seu objetivo é, segundo seu regimento, “promover ações de sensibilização, de conscientização e de fortalecimento da inclusão social e acessibilidade”, para assim ter a garantia de promover a acessibilidade e a inclusão no âmbito da Universidade Estadual do Ceará, isto é, serve como um suporte a toda a comunidade acadêmica, para que assim toda espécie de barreira possa ser eliminada.

Nesse contexto, Silva (2022, p. 27) afirma que:

O professor que atende a todos deve abandonar as metodologias de ensinos situadas nas meras transmissões de conteúdos de forma passiva e expositiva, assim como superar o caráter classificatório, ele deverá explorar as potencialidades de seus alunos, adotar uma pedagogia dialógica, interativa que integra os saberes dos alunos e os envolva em situações que favoreçam as suas aprendizagens, em grupos, coletivas.

Sem dúvida, o professor tem um papel crucial no atendimento às necessidades dos alunos com deficiência, pois terá um contato direto e frequente, poderá ter um canal de diálogo maior, possibilitando assim, que seus alunos sejam incluídos, ainda que com dificuldades, mas nas experiências junto aos discentes, aprenderá e, assim, refletirá sobre sua prática educativa.

Quadro 9 – Acessibilidade

Quanto à parte estrutural da instituição, salas de aula, auditórios, banheiros, biblioteca, pátio são espaços que possibilitam a acessibilidade? Justifique.	
Respondentes	Respostas
01	<i>A acessibilidade física, sim. Não sei se está ok para outras deficiências.</i>
02	<i>Acho que sim.</i>
03	<i>Não. Os espaços não são projetados pelo desenho universal (sem barreiras)</i>
04	<i>Infelizmente, o prédio da FECLESC é bastante obsoleto e inadequado para o ensino superior e não tem projeto de acessibilidade.</i>
05	<i>Nem espaço na FECLESC é acessível. Esse projeto foi criado na direção anterior e esquecido, depois que assumi não vi vestígio desse projeto.</i>

Fonte: Elaborado pelos autores (2022).

A LBI (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência) menciona a respeito da acessibilidade que possibilita uma garantia de segurança e autonomia para as pessoas com deficiência em todos os espaços, sejam eles públicos ou privados. Conforme podemos analisar, as barreiras arquitetônicas existem e são visíveis, impossibilitando o mínimo de acessibilidade, pois toda a estrutura da instituição é precária nesse sentido e não há projetos em andamento nesse sentido.

De acordo com Bezerra (2020, p. 206) "[...] a acessibilidade não se restringe aos aspectos físicos e ambientais, mas deverá ser considerada na oferta de mobiliários, informações, comunicações e, também, no que tange aos obstáculos atitudinais".

Ao serem empreendidas condições de acessibilidade no intuito de permitir que as pessoas com deficiência desfrutem da autonomia, assim poderão participar integralmente de todas as questões da vida (DUTRA et al., 2020).

Entendemos que a acessibilidade não favorece somente as pessoas com deficiência, mas a todos os indivíduos que fazem parte da instituição, pois a falta de uma estrutura adequada impede o acesso com segurança e limita o tráfego daqueles que necessitam estar no espaço.

Dessa forma,

Qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos a acessibilidade, a liberdade de movimento e de expressão, a informação, a compreensão, a circulação com segurança, entre os outros, [...] (BRASIL, 2018, p.13).

Todo e qualquer impedimento precisa ser removido, seja ele qual for, pois sua existência é contrária aos direitos humanos, fere a dignidade, exclui. No caso das barreiras físicas, não impedem somente o acesso, mas dificultam a pessoa com deficiência de se sentirem capazes, de fazerem parte da sociedade como elas são, de atuarem como protagonistas de suas histórias e contribuírem para a produção de conhecimento, no caso, levando em consideração o ambiente acadêmico.

Krüger et al. (2007, apud ANACHE et al., 2014, p. 308) corroboram afirmando que:

A arquitetura de um espaço é uma forma de linguagem, e expressa às exigências sociais, portanto ela informa sobre a cultura, as normas, os valores, intenções e expectativas de proporcionar maior ou menor possibilidade de convívio entre as pessoas. Assim na era da fragmentação da vida social é de esperar que nem todos os espaços sejam acessíveis a todas as pessoas, sobretudo nos lugares destinados a uma seleta minoria de privilegiados intelectualmente e porque não

dizer economicamente.

Se um espaço como uma instituição de ensino superior não oferece o mínimo de acessibilidade e não há um claro movimento para que tais direitos sejam assegurados, não somente em obediência à lei, mas como reconhecimento do ser humano detentor desse direito independentemente das suas especificidades, nega sua função que é levar o indivíduo a sua emancipação.

De acordo com Silva (2022, p. 44),

As barreiras arquitetônicas é umas das causas que mais afetam os alunos com deficiências, se referem a falta de rampas, vias de acesso como as portas largas para os alunos cadeirantes, banheiros adaptados, entre outros, que dificulta o atendimento das necessidades básicas desses alunos, e até mesmo os privam do direito de locomoção nos espaços físicos das instituições.

Essas barreiras, citadas anteriormente, seriam um dos obstáculos enfrentados pelos alunos com deficiência, pois a falta desses meios de acessibilidade comprometem o acesso ao espaço acadêmico, que são, no mínimo, adaptações para locomoção. Como afirma o Ministério da Educação (MEC):

As barreiras arquitetônicas são os maiores empecilhos para as pessoas com necessidades educacionais especiais - deficiência física, que fazem uso de cadeira de rodas, bengalas ou muletas para se locomoverem. Não apenas dificultam, mas, muitas vezes, impedem completamente sua inserção na sociedade. (BRASIL, 2006).

As barreiras são inúmeras e são bem conhecidas; seus efeitos estão presentes na vida daqueles que precisam e querem por direito estar inseridos na sociedade a qual pertencem. Barreiras levam a outras barreiras, não só uma ou outra devem ser eliminadas, mas todas, para que aconteçam mudanças e o cumprimento do direito.

Quadro 10 - Percepção da inclusão dos gestores

Você considera que além de integrados, os alunos com deficiência estão também incluídos na faculdade? Justifique.	
Respondentes	Respostas
01	<i>Em boa parte, acredito que sim. Mas como sociedade, sinto que ainda estamos aprendendo a lidar com o diferente.</i>
02	<i>Desconheço.</i>
03	<i>Ainda desconheço o número de alunos da FECLESC que têm, de fato, alguma deficiência, por isso, não sei avaliar se estão sendo integrados e/ou incluídos.</i>
04	<i>Em parte sim, acho que há uma boa vontade de muitos em acolher os alunos com deficiência. Em parte não por falta de informação e estrutura.</i>
05	<i>Não, não há inclusão estão apenas integrados.</i>

Fonte: Elaborado pelos autores (2022).

Não há um consenso nas respostas, porém nota-se um reconhecimento de que que ainda há muito o que melhorar. Quando falam de inclusão, alguns acreditam que há parcialmente. Sabemos que não é o suficiente e, com isso, persiste o dilema entre inclusão e integração, revelando as incertezas e o desconhecimento da realidade, dos sujeitos e de seus direitos.

Embora as políticas públicas, desde os anos de 1990, venham adotando ações afirmativas em favor da inclusão, com o incremento do acesso e avaliação das atividades inclusivas, a efetivação dessas políticas, dentro das instituições de ensino, nem sempre é fácil (HAIASHIDA, 2018, p. 24).

A definição de inclusão é ampla e por isso se trata de uma ação total e radical. Incluir exige mudanças e adaptações e essas mudanças e adaptações não devem acontecer da parte da pessoa com deficiência, mas do ambiente o qual ele está sendo integrado, ou seja, inserido. Nota-se que há um abismo entre as realidades, há mais incertezas em relação à inclusão do que certezas se esse direito está sendo assegurado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mesmo diante de muitos avanços e conquistas, a inclusão da pessoa com deficiência continua a deparar-se com resistências e desafios que comprometem a inclusão. Em relação ao ensino superior não é diferente, pois ainda que se trate de um direito, ele não é cumprido como deveria, mesmo previsto em lei e constantemente debatido.

Consideramos que uma instituição de ensino superior (IES), seja ela pública ou privada, com uma concepção inclusiva, não surge abruptamente, ela encaminha-se para essa direção à medida que mudanças ocorram, com o objetivo de desconstruir definições, discriminações, e erradicar barreiras e pareceres segregadores e eliminatórios que estão solidificados em nossa sociedade (MENDES; BASTOS, 2016).

Conclui-se, em nossa pesquisa, que tal investigação desperta uma reflexão, revela que, em parte, o assunto é discutido, que a realidade existente é diferente do que está no papel, apenas o desejo não é suficiente se não ocorrer uma ação, uma transformação, uma compreensão que vai de uma apropriação do assunto, compreendendo que há uma diferenciação entre integração e inclusão. Garantir que o aluno com deficiência frequente uma instituição de ensino superior não é inclusão.

Duas vezes por ano, no início de cada semestre, acontece na UECE e em seus campi a Semana de Integração, que é um evento de boas-vindas dos alunos veteranos aos calouros, organizado pelas direções de centros e faculdades com a articulação dos coordenadores de cursos e representantes dos movimentos estudantis. Assim, acontece uma acolhida aos alunos novatos, a apresentação dos cursos e uma ambientação ao mundo acadêmico. Muitas atividades como palestras e mesas redondas são ofertadas visando à participação dos discentes.

Percebemos que tal evento não é direcionado aos alunos com deficiência veteranos ou calouros, pois nenhuma palestra ou mesa redonda tem como tema a inclusão desses alunos, denotando uma indiferença, pois é um momento em um mundo novo, diferente, e não é fácil para ninguém, e espera-se que, na acolhida, haja uma equidade.

Concluimos salientando que ainda há um longo caminho para que a inclusão dos alunos com deficiência na instituição seja completa e, para isso, faz-se necessário persistir debatendo, aprofundando-se no assunto, investigando com mais afinco e constância. Sugerimos que concomitante à Semana de Integração, aconteça a Semana da Inclusão da Pessoa com Deficiência na FECLESC, com o intento de fomentarmos discussões sobre a temática e ampliar o número de pessoas conscientes sobre inclusão no ensino superior.

REFERÊNCIAS

ANACHE, Alexandra Aych; ROVETTO, Sabrina Stella Maris; OLIVEIRA, Regiane Alves de. Desafios e implantação do atendimento educacional especializado no Ensino Superior. **Revista Educação Especial**, 29 (49), 299-31, 2014.

BARRETO, Luciana Pereira de Souza Jatobá; ALMEIDA, Maria do Socorro Pereira de. Deficiência e universidade: um estudo sobre inclusão e superação através do Tempo e alguns casos na Faculdade Sete de Setembro (Fasete). **Rios Eletrônica-Revista Científica da FASETE**, ano, v. 8, 2014.

BEZERRA, Rebeca Monte Nunes. O ministério público na defesa da educação inclusiva. In: MACHADO, Rosângela; MANTOAN, Maria Teresa Eglér (org). **Educação e Inclusão: entendimentos, proposições e práticas**. -Blumenau: Edifurb, 2020.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Casa Civil, 1988.
BRASIL. **Convenção sobre o direito das pessoas com deficiência** – Resolução A/61/611 de 6 de dezembro de 2006. Brasília, 2006.

BRASIL. **Estatuto da Pessoa com Deficiência**. - 3.ed. - Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2018. 50p.

CASTRO, Sabrina Fernandes de; ALMEIDA, Maria Amélia. Ingresso e Permanência de Alunos com Deficiência em Universidades Públicas Brasileiras. **Revista Educação Especial**, (24), 5-15, 2014.

DECHICHI, Cláudia; SILVA, Lázara Cristina; GOMIDE, Andréa Barbosa. Projeto Incluir: acesso e permanência na UFU. In: **Inclusão Escolar e Educação Especial: teoria e prática na diversidade**. Uberlândia: EDUFU, 2008. p. 333 - 352.

DUTRA, Cláudia Pereira; SANTOS, Martinha Clarete Dutra dos. Após dez anos da Convenção Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, o que mudou no Brasil?. In: MACHADO, Rosângela; MANTOAN, Maria Teresa Eglér (Org.). **Educação e Inclusão: entendimento, proposições práticas**. Blumenau, Edifurb, 2020.

GAUTHIER, Clermont. Por uma teoria da pedagogia. **Pesquisas contemporâneas sobre o saber docente**. Ijuí: Editora Unijuí, 1998.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

HAIASHIDA, Keila Andrade. Inclusão no Ensino Superior: um relato de experiência. LIMA, Nara Lúcia Gomes; SILVA, Maria Saraiva da; BIÉ, Estanislau Ferreira; CUNHA JÚNIOR, Henrique (Orgs.) **Educação Como Forma de Socialização - Volume 8 [recurso eletrônico]** / Nara Lúcia Gomes Lima; Maria Saraiva da Silva; Estanislau Ferreira Bié; Henrique Cunha Júnior (Orgs.) – Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2018.

LAKATOS, Eva Maria. MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica.** - São Paulo: Atlas 2003.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar - O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Summus, 2015.

MAZZOTTA, Marcos José da Silveira. **Educação especial no Brasil: história e política pública.** 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

MENDES, Hernestina da Silva Fiaux; BASTOS, Carmem Célia Barradas Correia. Um estudo sobre a realidade da inclusão de pessoas com deficiência na educação superior no Paraná. **Revista Educação Especial**, 29 (54), 189-202, 2016.

NUERNBERG, Adriano Henrique. O capacitismo, a educação especial e a contribuição do campo de estudos sobre deficiência para educação inclusiva. In: MACHADO, Rosângela; MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Educação e Inclusão: entendimento, proposições e práticas.** -Blumenau: Edifurb, 2020.

PETERSON, Patrícia. Inclusão nos Estados Unidos: filosofia, implementação e capacitação de professores. **Revista Brasileira Educação Especial**, Marília, São Paulo, v 12, n.1, abril, 2006.

PLETSCH, Márcia Denise; BRAUN, Patrícia. A inclusão de pessoas com deficiência mental: um processo em construção. **Revista Democratizar**, v. 2, n. 2, p. 1-12, 2008.

REIS, Nivânia Maria de Melo. **Política de inclusão escolar de pessoas com necessidades educacionais especiais no ensino superior e as universidades federais mineiras.** 2010. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação Conhecimento e Inclusão Social Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, 2010.

SILVA, Adilson Florentino da. **A inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais: deficiência física / elaboração Adilson Florentino da Silva, Ana de Lourdes Barbosa de Castro, Maria Cristina Mello Castelo Branco.**- Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2006.

SILVA, Maria Emilene Lima Da. **Inclusão escolar e evasão: causas e efeitos.** 2022. 59 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em 2022) - Universidade Estadual do Ceará, Quixadá, 2022. Disponível em: <http://siduece.uece.br/siduece/trabalhoAcademicoPublico.jsf?id=107455>. Acesso em: 17 set. 2022.

TOLEDO, César de Alencar Arnaut de. GONZAGA, Maria Teresa Claro (Orgs.). **Metodologia e técnicas de pesquisa nas áreas de Ciências Humanas.** - Maringá: Eduem, 2011.

Submetido em: setembro de 2022

Aprovado em: dezembro de 2022